



EDITAL N° 001/2024 - ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA
DE RESIDÊNCIA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO (MPPE)

RESIDENTE JURÍDICO

Nome:

Inscrição:

Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311-A do Código Penal



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

GRUPO 1 - DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 01

Durante uma briga, Paulo, movido por forte emoção após ser ofendido, agrediu fisicamente seu colega de trabalho, causando-lhe lesões corporais. No processo penal, a defesa de Paulo alegou que ele não deve ser responsabilizado devido ao estado emocional em que se encontrava. Como o Ministério Público deve tratar a questão da emoção no caso de Paulo?

- (A) A emoção atenua a pena, mas não exclui a culpabilidade de Paulo.
- (B) A emoção agrava a pena, pois Paulo agiu de forma descontrolada.
- (C) Paulo deve ser considerado inimputável, pois estava fora de si no momento do crime.
- (D) A emoção exclui a culpabilidade, devendo Paulo ser absolvido.
- (E) A emoção transforma o ato de Paulo em uma contravenção penal, não em crime.

Questão 02

Durante uma investigação conduzida pela polícia, o Ministério Público tomou conhecimento de abusos cometidos contra suspeitos, como o uso de força excessiva e intimidações. Qual é a obrigação do Ministério Público diante dessa situação?

- (A) Ignorar os abusos, pois o foco deve ser a obtenção de provas contra os suspeitos.
- (B) Arquivar o inquérito, pois as provas obtidas sob coação são inválidas.
- (C) Solicitar a substituição dos policiais envolvidos, sem interferir na investigação.
- (D) Intervir diretamente na investigação, substituindo a autoridade policial.
- (E) Exercer o controle externo da atividade policial, apurando as irregularidades e tomando as medidas cabíveis.

Questão 03

Maria foi presa em flagrante por suspeita de envolvimento em um roubo. Após a prisão, ela apresentou documentos que indicam sua presença em outro local no momento do crime. Mesmo assim, o juiz decidiu mantê-la presa até o julgamento, alegando que a prisão em flagrante é suficiente para justificar a prisão preventiva. Como deve o Ministério Público agir nesse caso?

- (A) Requerer a manutenção da prisão, pois a prisão em flagrante sempre justifica a preventiva.
- (B) Requerer a prisão domiciliar como alternativa à preventiva.
- (C) Requerer a manutenção da prisão apenas se o alibi for considerado insuficiente.

- (D) Requerer a liberdade provisória, pois o alibi demonstrado por Maria afasta os requisitos da prisão preventiva.
- (E) Requerer a conversão da prisão em flagrante em prisão temporária.

Questão 04

Durante uma audiência, o juiz determinou, de ofício, a produção de provas que não haviam sido requeridas pelo Ministério Público ou pela defesa. Considerando os princípios do processo penal, como essa decisão deve ser analisada?

- (A) É válida, desde que a defesa tenha oportunidade de se manifestar sobre as provas produzidas.
- (B) É válida, pois o juiz tem ampla liberdade para buscar a verdade dos fatos.
- (C) Viola o princípio acusatório, pois o juiz não pode produzir provas de ofício em prejuízo das partes.
- (D) Viola o princípio da imparcialidade, pois o juiz não deve interferir na produção de provas.
- (E) É inválida, pois o juiz só pode produzir provas quando houver omissão das partes.

Questão 05

Durante um assalto a um banco, João foi surpreendido pela polícia enquanto tentava abrir o cofre, sendo preso antes de conseguir levar qualquer quantia. No processo penal, a defesa de João argumentou que ele não cometeu crime, pois não houve subtração dos valores. Como o Ministério Público deve classificar a conduta de João?

- (A) Tentativa, pois João iniciou os atos executórios, mas não os concluiu por circunstâncias alheias à sua vontade.
- (B) Exaurimento, pois João não completou todas as fases do crime.
- (C) Consumação, pois o ato de tentar abrir o cofre já configura o crime.
- (D) Crime impossível, pois a intervenção policial impediu a consumação.
- (E) Desistência voluntária, pois João parou de tentar abrir o cofre antes de ser preso.

Questão 06

Carlos foi condenado em primeira instância por roubo qualificado. Sua defesa, inconformada com a sentença, pretende interpor recurso. Qual é o recurso cabível para que a defesa busque a revisão da sentença proferida?

- (A) Mandado de segurança.
- (B) Recurso em sentido estrito.
- (C) Embargos de declaração.
- (D) Apelação.
- (E) Habeas corpus.

Questão 07

Ana e Carla planejaram e executaram juntas um roubo a uma residência. Ana ficou do lado de fora, monitorando a aproximação de possíveis testemunhas, enquanto Carla entrou na casa e subtraiu os objetos de valor. Ambas foram presas. Como o Ministério Público deve entender a participação de Ana no crime?

- (A) Ana deve ser considerada vítima, pois foi coagida por Carla a participar.
- (B) Ana deve ser considerada testemunha, pois não participou ativamente do roubo.
- (C) Ana deve ser absolvida, pois não entrou na residência.
- (D) Ana deve responder como coautora, pois colaborou diretamente para o sucesso do crime.
- (E) Ana deve responder apenas por associação criminosa.

Questão 08

Carlos, em legítima defesa, reagiu a uma tentativa de assalto e acabou ferindo gravemente o assaltante. Durante o inquérito policial, a defesa de Carlos argumentou que ele não deve ser punido pelo ato. Como o Ministério Público deve analisar a conduta de Carlos?

- (A) A conduta de Carlos é criminosa, pois ele não deveria ter reagido.
- (B) Carlos deve ser condenado por excesso de legítima defesa.
- (C) Carlos deve ser punido apenas se o agressor vier a óbito.
- (D) A conduta de Carlos é justificada pela legítima defesa, excluindo a antijuridicidade do fato.
- (E) Carlos deve ser punido, mas com pena reduzida, pois estava em estado de pânico.

Questão 09

João foi preso em flagrante e levado para uma audiência de custódia. Durante a audiência, alegou ter sofrido agressões por parte dos policiais no momento da prisão. Qual é o papel do juiz e do Ministério Público nessa audiência?

- (A) O Ministério Público deve apenas atuar como fiscal da lei, sem intervir nas alegações do acusado.
- (B) O juiz deve apenas homologar a prisão em flagrante, sem considerar as alegações de agressão.
- (C) O juiz deve verificar a legalidade da prisão e apurar as alegações de agressão, enquanto o Ministério Público deve fiscalizar a legalidade do procedimento e propor medidas cabíveis.
- (D) O juiz deve ordenar o retorno imediato de João à prisão, ignorando as alegações de agressão.
- (E) O Ministério Público deve solicitar o arquivamento da audiência, caso não haja provas das agressões.

Questão 10

Marcos tentou envenenar seu chefe, colocando um produto tóxico em sua bebida. No entanto, o veneno utilizado por Marcos havia perdido a eficácia devido à data de validade expirada, e seu chefe não sofreu qualquer dano. Qual deve ser a posição do Ministério Público quanto à conduta de Marcos?

- (A) Marcos deve ser punido por tentativa de homicídio, pois teve a intenção de matar.
- (B) Marcos não deve ser punido, pois se trata de crime impossível, dado que o veneno não tinha capacidade de causar o resultado pretendido.
- (C) Marcos deve ser absolvido, pois o ato não produziu qualquer efeito.
- (D) Marcos deve responder por lesão corporal, pois o veneno poderia causar danos menores.
- (E) Marcos deve ser punido por homicídio culposo, já que o resultado não ocorreu por negligência.

Questão 11

João foi preso em flagrante e, durante o inquérito policial, confessou o crime sem a presença de um advogado. Posteriormente, ele alegou que sua confissão foi obtida sob coação. Considerando as garantias constitucionais, como deve o Ministério Público proceder nesse caso?

- (A) Propor um acordo de não persecução penal com base na confissão.
- (B) Manter a confissão no processo, desde que João não apresente provas de sua alegação.
- (C) Desconsiderar a confissão apenas se a defesa provar que houve coação.
- (D) Utilizar a confissão como prova principal, pois João confessou o crime voluntariamente.
- (E) Desconsiderar a confissão, pois ela foi obtida sem a presença de um advogado, violando o direito à defesa técnica.

Questão 12

Durante o julgamento de um crime de tráfico de drogas, a defesa apresentou uma gravação de áudio que demonstraria a inocência do réu. No entanto, essa gravação foi obtida sem o consentimento de uma das partes envolvidas. Como deve o Ministério Público proceder diante dessa prova?

- (A) Rejeitar a prova, pois foi obtida de forma ilícita, violando a legalidade.
- (B) Utilizar a prova para reforçar a acusação, se ela também incriminar o réu.
- (C) Solicitar que a gravação seja periciada para avaliar sua autenticidade.
- (D) Aceitar a prova, desde que ela seja favorável ao réu.
- (E) Propor um acordo com a defesa com base na nova prova apresentada.

Questão 13

Júlia, uma adolescente de 16 anos, foi flagrada cometendo um furto em uma loja de departamentos. O gerente da loja chamou a polícia, que levou Júlia para a delegacia. Como o Ministério Público deve proceder diante desse caso, considerando a idade de Júlia?

- (A) Iniciar uma ação penal contra Júlia, pois ela já possui discernimento sobre o ato praticado.
- (B) Determinar a internação imediata de Júlia em uma unidade socioeducativa.
- (C) Aplicar medidas socioeducativas, pois Júlia é inimputável por ser menor de 18 anos.
- (D) Liberar Júlia, pois menores de idade não podem responder por atos infracionais.
- (E) Tratar Júlia como adulta, pois o furto é crime grave.

GRUPO 2 - DIREITO CIVIL, DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 14

Pedro, de 17 anos, foi sentenciado a cumprir medida socioeducativa por ato infracional equiparado a crime de roubo. Qual é o limite máximo de tempo que Pedro pode permanecer em medida de internação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente?

- (A) 3 meses.
- (B) 3 anos.
- (C) 2 anos.
- (D) 6 meses.
- (E) 1 ano.

Questão 15

Durante uma investigação promovida pelo Ministério Público, surgiu a necessidade de se verificar a capacidade civil de um indivíduo para celebrar um contrato. O indivíduo em questão é menor de 18 anos, mas possui 16 anos completos e é casado. Considerando o disposto no Código Civil, qual é a situação da capacidade civil desse indivíduo?

- (A) É absolutamente incapaz, pois não atingiu a maioridade civil.
- (B) É absolutamente incapaz, a menos que tenha obtido emancipação judicial.
- (C) É absolutamente capaz, pois o casamento emancipa o menor.
- (D) É relativamente incapaz, pois o casamento não afeta a capacidade civil.
- (E) É relativamente capaz, mas precisa de autorização dos pais para atos civis.

Questão 16

Em um processo de execução, o Ministério Público

recorreu de uma decisão desfavorável que indeferiu a penhora de bens. Entretanto, o recurso foi interposto fora do prazo legal. O que ocorrerá com o recurso, de acordo com a teoria geral dos recursos prevista no Código de Processo Civil?

- (A) O recurso será conhecido, mas com redução do efeito suspensivo.
- (B) O recurso será processado, mas a parte contrária será compensada pelos custos.
- (C) O recurso será aceito, mas com penalidade por atraso.
- (D) O recurso será considerado intempestivo e não será conhecido.
- (E) O recurso será julgado e decidido com base em seus méritos.

Questão 17

Ana e João estão em processo de divórcio litigioso e têm dois filhos menores. João deseja obter a guarda unilateral das crianças, enquanto Ana propõe a guarda compartilhada. No contexto jurídico atual, qual das seguintes opções representa corretamente a posição da legislação brasileira em relação à guarda compartilhada?

- (A) A guarda compartilhada é a regra geral, salvo se um dos pais estiver impossibilitado de exercê-la.
- (B) A guarda unilateral deve ser concedida ao genitor que fizer o pedido primeiro.
- (C) A guarda compartilhada é obrigatória, independentemente de acordo entre os pais.
- (D) A guarda unilateral é preferível quando há conflito entre os pais.
- (E) A guarda unilateral deve ser concedida ao genitor com maior renda.

Questão 18

Em uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público, foi necessária a utilização de uma prova emprestada obtida em outro processo judicial. Qual é o requisito para a admissibilidade dessa prova no novo processo, segundo o Código de Processo Civil?

- (A) Deve ter sido produzida em processo com a mesma natureza jurídica.
- (B) Deve ter sido obtida com o consentimento de ambas as partes.
- (C) Deve ter sido produzida sob contraditório, respeitando os direitos da parte contrária.
- (D) Deve ser relevante e oportuna para o novo processo.
- (E) Deve ter sido obtida mediante ordem judicial específica para o novo processo.

Questão 19

João faleceu deixando esposa, dois filhos e um pai vivo. Ele não deixou testamento. Como será distribuída a herança de João, de acordo com o Código Civil?

- (A) A esposa receberá metade da herança, e os filhos dividirão a outra metade.
- (B) A herança será dividida em partes iguais, entre a esposa, os filhos e o pai.
- (C) Será distribuída aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (Art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.
- (D) Os filhos receberão a totalidade da herança, excluindo a esposa e o pai.
- (E) A herança será dividida igualmente entre os filhos e o pai, excluindo a esposa.

Questão 20

Durante uma ação judicial, o Ministério Público solicitou uma tutela de urgência antecipada para proteger os interesses de um grupo de pessoas. Em quais circunstâncias essa tutela pode ser concedida, de acordo com o Código de Processo Civil?

- (A) Se a parte requerente prestar caução para cobrir possíveis danos.
- (B) Se houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (C) Apenas se a parte adversa concordar expressamente.
- (D) Somente se houver prova incontroversa do direito.
- (E) Somente se houver risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Questão 21

Em um caso de competência territorial, um residente da cidade de São Paulo ajuizou uma ação contra uma empresa cuja sede é em Salvador. A ação diz respeito a um contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes. Onde deverá ser proposta a ação, conforme as regras de competência previstas no Código de Processo Civil?

- (A) Na cidade de São Paulo, onde reside o autor.
- (B) Na cidade onde o contrato foi assinado.
- (C) Na cidade de Salvador, onde se encontra a sede da empresa.
- (D) Na cidade onde o serviço foi prestado.
- (E) Em qualquer das duas cidades, à escolha do autor.

Questão 22

Carlos, um adolescente de 15 anos, foi encontrado em situação de abandono e levado ao Conselho Tutelar. Nessa situação, quais são as medidas protetivas que podem ser aplicadas pelo Conselho, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente?

- (A) Colocação em família substituta mediante adoção.
- (B) Aplicação de advertência.
- (C) Remoção da autoridade parental de ambos os pais.
- (D) Inclusão em programa de acolhimento familiar ou institucional.
- (E) Determinação de medidas socioeducativas.

Questão 23

Maria comprou um produto eletrônico que apresentou defeito após três meses de uso. Ela entrou em contato com a empresa, mas não obteve uma solução satisfatória. Considerando os princípios do Direito do Consumidor, qual é o prazo máximo que Maria tem para reclamar sobre o vício do produto, a partir da data de entrega?

- (A) 1 ano.
- (B) 30 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 180 dias.
- (E) 90 dias.

Questão 24

Paulo, solteiro e sem filhos, deixou um testamento nomeando um amigo como herdeiro universal de todos os seus bens. Após o falecimento de Paulo, um primo questiona a validade do testamento, alegando que ele é herdeiro necessário. Qual é a validade do testamento deixado por Paulo, considerando que ele não deixou descendentes, ascendentes, ou cônjuge?

- (A) O testamento é inválido, pois só poderia dispor de metade dos bens.
- (B) O testamento é inválido, pois deveria ter reservado parte dos bens para os herdeiros colaterais.
- (C) O testamento é parcialmente válido, mas deve ser complementado com uma partilha entre os herdeiros colaterais.
- (D) O testamento é inválido, pois não contempla o primo como herdeiro.
- (E) O testamento é válido, pois o primo não é herdeiro necessário.

Questão 25

O Ministério Público ajuizou uma ação coletiva para defender os direitos de um grupo de consumidores lesados por uma prática abusiva de uma empresa. Qual é o efeito da coisa julgada nessa ação coletiva?

- (A) A coisa julgada não se aplica às ações coletivas.
- (B) A coisa julgada beneficia todos os consumidores, independentemente de terem participado da ação.
- (C) A coisa julgada atinge apenas os consumidores que integraram o processo.
- (D) A coisa julgada é limitada ao território do foro onde a ação foi ajuizada.

- (E) A coisa julgada atinge apenas os consumidores que se manifestaram expressamente durante o processo.

GRUPO 3 - DIREITO CONSTITUCIONAL E NORMATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Questão 26

Uma lei estadual foi editada e logo passou a ser questionada em razão de seu possível conflito com a Constituição Federal. O Ministério Público, ao tomar conhecimento do caso, decide ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Qual tribunal é competente para julgar essa ação?

- (A) Senado Federal.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado onde a lei foi editada.
- (C) Tribunal Regional Federal da região onde a lei tem aplicação.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

Questão 27

João, um cidadão brasileiro, teve sua liberdade de expressão cerceada por uma lei municipal. Ele procura o Ministério Público para buscar a defesa de seus direitos. Qual princípio fundamental previsto na Constituição de 1988 garante a liberdade de expressão de João?

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da proporcionalidade.
- (C) Princípio da eficiência.
- (D) Princípio da liberdade de manifestação do pensamento.
- (E) Princípio da moralidade.

Questão 28

Em um município, a Câmara Municipal aprovou uma lei que interfere diretamente na organização administrativa do Estado ao qual pertence. O Prefeito vetou a lei, mas a Câmara derrubou o veto e promulgou a norma. O Ministério Público foi acionado para questionar a constitucionalidade da lei municipal. Com base na Constituição Federal, qual princípio está sendo violado por essa norma municipal?

- (A) Princípio da isonomia.
- (B) Princípio da separação dos poderes.
- (C) Princípio da proporcionalidade.
- (D) Princípio da Federação.
- (E) Princípio da legalidade.

Questão 29

Uma nova lei estadual estabeleceu um tributo sobre o patrimônio de pessoas jurídicas, aplicado de forma retroativa. Considerando as limitações constitucionais ao poder de tributar, o Ministério Público decide questionar

essa medida. Qual limitação constitucional foi violada?

- (A) Princípio da anterioridade.
- (B) Princípio da isonomia tributária.
- (C) Princípio da não-confiscatoriedade.
- (D) Princípio da capacidade contributiva.
- (E) Princípio da transparência fiscal.

Questão 30

Em uma consulta pública sobre a possibilidade de reformar a Constituição, surgiram dúvidas quanto à distinção entre o poder constituinte originário e o poder constituinte de reforma. Qual é a principal característica que diferencia esses dois poderes?

- (A) O poder constituinte originário pode ser exercido a qualquer momento.
- (B) O poder constituinte originário é ilimitado e autônomo, enquanto o de reforma é limitado pela própria Constituição.
- (C) O poder constituinte de reforma é ilimitado, ao contrário do originário.
- (D) Ambos os poderes são ilimitados e autônomos.
- (E) O poder constituinte de reforma pode revogar o originário.

Questão 31

O Ministério Público ajuizou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para questionar a constitucionalidade de um ato normativo que violava direitos fundamentais. Qual é a natureza jurídica da ADPF, conforme a Lei nº 9.882/99?

- (A) Um mecanismo de controle abstrato de constitucionalidade.
- (B) Uma ação penal pública.
- (C) Um recurso extraordinário.
- (D) Um recurso especial.
- (E) Um instrumento de controle difuso de constitucionalidade.

Questão 32

Um Estado da Federação aprovou uma lei orçamentária que previa a destinação de parte significativa das receitas para o pagamento de precatórios, em detrimento de investimentos em educação e saúde. Diante disso, o Ministério Público questionou a constitucionalidade da medida. Qual princípio orçamentário está em jogo nessa situação?

- (A) Princípio da anualidade.
- (B) Princípio da não afetação.
- (C) Princípio da transparência.
- (D) Princípio da reserva legal.
- (E) Princípio da exclusividade.

Questão 33

Em uma ação civil pública, o Ministério Público questiona a constitucionalidade de uma lei estadual que estabelece tratamento diferenciado para cidadãos com base em sua origem étnica. Qual princípio constitucional é diretamente violado por essa lei?

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio da proporcionalidade.
- (C) Princípio da legalidade.
- (D) Princípio da igualdade.
- (E) Princípio da moralidade.

Questão 34

Durante uma aula de Direito Constitucional, um professor afirmou que a Constituição de um Estado possui diferentes funções, sendo uma delas estabelecer a organização do poder. Considerando essa função, como a Constituição Federal de 1988 se manifesta nesse aspecto?

- (A) Ela se limita a regular o Poder Legislativo, deixando os demais poderes para a legislação infraconstitucional.
- (B) Ela não aborda a organização dos poderes, focando apenas em direitos fundamentais.
- (C) Ela deixa a critério dos Estados a organização dos Três Poderes.
- (D) Ela define apenas a organização do Poder Executivo.
- (E) Ela estabelece a organização e a divisão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Questão 35

O Ministério Público ajuizou uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) para confirmar a constitucionalidade de uma lei federal que estava sendo questionada em diversas ações. Qual é o efeito jurídico de uma decisão de procedência em uma ADC?

- (A) Limita a aplicação da lei ao caso concreto.
- (B) Anula as decisões judiciais contrárias à lei.
- (C) Confere efeito erga omnes e vinculante à decisão.
- (D) Revoga a lei automaticamente.
- (E) Torna a lei inconstitucional.

Questão 36

O Governador de um estado brasileiro decreta estado de calamidade pública e solicita intervenção federal no município afetado para restabelecer a ordem. Com base na Constituição Federal, qual órgão é competente para decretar a intervenção?

- (A) O Presidente da República, mediante decreto.
- (B) A Câmara dos Deputados, por meio de decreto legislativo.

- (C) O Supremo Tribunal Federal, mediante provocação do Ministério Público.
- (D) O Senado Federal, mediante solicitação do Governador.
- (E) O Conselho Nacional de Justiça, por decisão majoritária.

Questão 37

Em uma situação hipotética, um prefeito de um município brasileiro editou uma lei local que contraria diretamente um artigo da Constituição Federal. Qual princípio constitucional seria imediatamente invocado para invalidar essa lei?

- (A) Princípio da separação dos poderes.
- (B) Princípio da proporcionalidade.
- (C) Princípio da supremacia constitucional.
- (D) Princípio da eficiência.
- (E) Princípio da legalidade.

GRUPO 4 - DIREITOS HUMANOS, DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS E DIREITOS COLETIVOS (DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS)

Questão 38

Em uma auditoria realizada pelo Ministério Público, no Sistema Único de Saúde (SUS), foi constatada a falta de medicamentos essenciais em um hospital público. Qual é a legislação que regulamenta o funcionamento do SUS e pode embasar as ações do Ministério Público para garantir o direito à saúde?

- (A) Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
- (B) Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).
- (C) Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85).
- (D) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).
- (E) Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90).

Questão 39

Carlos, um trabalhador rural, informou ao Ministério Público que ele e seus colegas estão sendo submetidos, em uma fazenda, a condições de trabalho análogas à escravidão. Nesse caso, qual deve ser a atuação do Ministério Público para assegurar os direitos fundamentais dos trabalhadores?

- (A) Apenas orientar os trabalhadores a buscar outro emprego, pois não há intervenção cabível.
- (B) Recomendar que os trabalhadores negociem diretamente com o empregador uma melhora nas condições.
- (C) Encaminhar o caso à Defensoria Pública, pois a questão não envolve direitos coletivos.

- (D) Propor uma investigação para apurar as condições de trabalho relatadas e, se confirmadas, adotar as medidas judiciais cabíveis para proteger os trabalhadores.
- (E) Negociar um acordo com o empregador para reduzir a carga horária dos trabalhadores.

Questão 40

O Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública contra uma empresa acusada de causar danos ambientais significativos em uma área protegida. Diante desse cenário, qual é o objetivo principal da Lei da Ação Civil Pública em situações como essa?

- (A) Garantir a fiscalização dos contratos administrativos.
- (B) Salvar o patrimônio público e o meio ambiente.
- (C) Regular a concessão de benefícios previdenciários.
- (D) Regular o processo licitatório em contratos públicos.
- (E) Proteger o consumidor nas relações de consumo.

Questão 41

Em uma denúncia recebida pelo Ministério Público, um prefeito foi acusado de usar recursos públicos para fins pessoais. Qual é o tipo de conduta descrita pela Lei de Improbidade Administrativa que pode ser aplicado nesse caso?

- (A) Ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- (B) Ato de improbidade que compromete a segurança nacional.
- (C) Ato de improbidade que viola deveres de lealdade às instituições.
- (D) Ato de improbidade que implica enriquecimento ilícito.
- (E) Ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.

Questão 42

O Ministério Público recebeu denúncias sobre a negativa de concessão de benefícios previdenciários a trabalhadores rurais em um determinado município. Com base na Constituição Federal, qual princípio da seguridade social deve ser garantido para que esses trabalhadores tenham acesso aos seus direitos?

- (A) Princípio da irredutibilidade dos benefícios.
- (B) Princípio da não-cumulatividade.
- (C) Princípio da solidariedade.
- (D) Princípio da equivalência dos benefícios.
- (E) Princípio da seletividade e distributividade.

Questão 43

Durante uma palestra sobre Direitos Humanos, o palestrante afirmou que esses direitos evoluíram ao longo do tempo, ganhando novas dimensões. Qual das

seguintes alternativas representa corretamente uma das dimensões dos Direitos Humanos?

- (A) A primeira dimensão é composta pelos direitos difusos e coletivos.
- (B) A terceira dimensão abrange os direitos de solidariedade, como o direito ao meio ambiente e à paz.
- (C) A quarta dimensão envolve os direitos fundamentais de acesso à tecnologia e à informação.
- (D) A primeira dimensão refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos.
- (E) A segunda dimensão é composta pelos direitos civis e políticos.

Questão 44

Maria é uma cidadã brasileira que teve seus direitos violados e, após esgotar todos os recursos judiciais internos, decidiu levar seu caso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Qual é a instância final desse sistema para julgar violações de direitos humanos?

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (D) Tribunal Penal Internacional.
- (E) Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Questão 45

Carlos, um promotor de justiça, recebeu uma denúncia de discriminação racial em uma escola pública. Qual legislação específica pode Carlos utilizar para combater essa prática, além dos dispositivos constitucionais?

- (A) Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10).
- (B) Código Florestal (Lei nº 12.651/12).
- (C) Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85).
- (D) Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15).
- (E) Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

Questão 46

O Ministério Público está investigando o possível desvio de verbas públicas destinadas a programas de incentivo ao esporte em escolas públicas. Caso o desvio seja confirmado, qual direito fundamental seria violado?

- (A) Direito à educação e ao desporto.
- (B) Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- (C) Direito à liberdade de expressão.
- (D) Direito à saúde.
- (E) Direito à moradia digna.

Questão 47

Em uma investigação sobre condições desumanas em um presídio, o Ministério Público decidiu intervir para assegurar os direitos fundamentais dos detentos. Qual é o fundamento legal que permite ao Ministério Público atuar na defesa dos direitos humanos?

- (A) Código Florestal (Lei nº 12.651/12).
- (B) Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85).
- (C) Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).
- (D) Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).
- (E) Constituição Federal de 1988, artigo 129.

Questão 48

João, um defensor dos direitos humanos, argumentou que um determinado tratado internacional deveria prevalecer sobre a legislação nacional em um caso específico. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em que situação um tratado internacional sobre direitos humanos tem equivalência de emenda constitucional?

- (A) Quando aprovado pelo Congresso Nacional, por maioria simples.
- (B) Quando aprovado pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros de cada casa.
- (C) Quando aprovado pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- (D) Quando ratificado pelo Presidente da República.
- (E) Quando aprovado pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 49

Maria, que é mãe de um estudante com deficiência, denunciou à Promotoria que seu filho está sendo excluído de atividades escolares devido à falta de adaptações necessárias na escola. Como o Ministério Público pode atuar para garantir a inclusão de seu filho nas atividades escolares?

- (A) Propor uma ação civil pública para garantir que a escola faça as adaptações necessárias, assegurando a inclusão plena do estudante.
- (B) Requerer a transferência do estudante para uma escola especial, adequada às suas necessidades.
- (C) Orientar Maria a buscar apoio psicopedagógico externo para seu filho.
- (D) Solicitar à escola que forneça justificativas formais para a exclusão do estudante das atividades.
- (E) Recomendar que Maria procure uma escola particular com melhores recursos.

Questão 50

O Ministério Público está processando uma empresa que se recusou a contratar um candidato qualificado, por ele ser uma pessoa com deficiência física. Qual direito, garantido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, está

sendo violado nesse caso?

- (A) Direito à acessibilidade urbana.
- (B) Direito à educação inclusiva.
- (C) Direito ao meio ambiente do trabalho.
- (D) Direito à assistência social.
- (E) Direito à igualdade de oportunidades.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RAASCUNHO